



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Doutoramento
Especialidade de Ciências Jurídico-Criminais

Unidade curricular

Direito Processual Penal I/II

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

É o único docente a lecionar a disciplina

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

É objetivo de aprendizagem dotar os alunos das aptidões essenciais para a realização de um trabalho de investigação, no âmbito do tema geral da unidade curricular, tendo sido escolhido o tema das “proibições de prova no processo penal”.

A doutrina processual penal das proibições de prova abrange (I) as proibições de produção de prova e (II) as proibições de valoração de prova. Neste contexto, cabe analisar (III) a invalidade do ato processual como consequência da violação de proibições de prova, (IV) o efeito-à-distância da violação das proibições de prova e (V) as garantias de defesa tendentes a tornar ineficaz o ato processual inválido. Também vem ao caso (VI) a responsabilidade disciplinar e criminal dos funcionários que violarem as proibições de prova.

Conteúdos programáticos

Introdução

I. As proibições de produção de prova

1. Os temas de prova proibidos
2. Os meios de prova proibidos
3. Os métodos de prova proibidos
 - 3.1. Os métodos contrários aos direitos de liberdade
 - 3.2. Os procedimentos violadores das formalidades

II. As proibições de valoração de prova

1. As proibições de produção de prova cuja violação prejudica o uso das provas
2. As proibições de produção de prova cuja violação não tem consequências
3. As proibições de valoração de prova independentes

III. A invalidade do ato processual

1. O sistema das nulidades e irregularidades
2. As nulidades extra-sistemáticas e o seu regime sui generis
3. As nulidades de prova reconduzíveis ao sistema das nulidades processuais
4. As irregularidades de prova

IV. O efeito-à-distância das proibições de prova

1. O efeito-à-distância
2. As exceções ao efeito-à-distância
 - 2.1. A exceção da ‘fonte independente’



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.2. A exceção da 'conexão atenuada'
- 2.3. A exceção 'a não ser' ('but for')
- 2.4. A exceção da 'descoberta inevitável' ou 'comportamento lícito alternativo'
- V. As garantias de defesa contra o ato inválido
- VI. As consequências penais da violação das proibições de produção de prova

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Áreas críticas do processo penal no Estado de Direito contemporâneo, em perspetiva comparada, de modo a capacitar o aluno com uma visão mais completa da dogmática do Direito Processual Penal, em conexão com os princípios fundamentais do processo penal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Estudo avançado de casos, problemas e desenvolvimentos teóricos mais profundos, através das exposições e comentários críticos em regime de seminário. A nota do aluno resulta do relatório escrito apresentado no final, sendo igualmente ponderadas as pré-apresentações em aula das versões intercalares do relatório.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A investigação orientada e o desenvolvimento da capacidade crítica através dos seminários iniciam ou desenvolvem as possibilidades de investigação autónoma e de controlo crítico do aluno.

Bibliografia principal

AA.VV.
Elementos de estudo – Direito Processual Penal (coord.: Paulo de Sousa Mendes), 1.^a reimp., Lisboa: AAFDL, 2010 (1.^a ed., 2009).

AA.VV.
European Criminal Procedures (org.: Mireille Delmas-Marty e J. R. Spencer, trad. dirigida por J. R. Spencer do orig. Procédures pénales d'Europe, ed. de Paris: Presses Universitaires de France, 1995), Cambridge: Cambridge University Press, 2005 (paperback).

AA.VV.
Relatório final de avaliação em realização do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Centro de Estudos Sociais/Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e a Direção Geral da Política de Justiça (coord.: Conceição Gomes), Coimbra, 2009 (on-line: <http://opj.ces.uc.pt/pdf/Relatorio_Final_Monitorizacao_Julho_2009.pdf>).

AA.VV.
Relatório complementar realizado por solicitação do Ministério da Justiça na sequência da apresentação, em 10 de julho de 2009, do Relatório Final da monitorização da reforma penal, tendo em vista a concretização de algumas recomendações formuladas naquele relatório e o desenvolvimento de outras matérias (coord.: Conceição Gomes), Coimbra, 2009 (on-line: <http://opj.ces.uc.pt/pdf/OPJ_Monit_Relatorio_Complementar.pdf>).

AA.VV.
The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law (org.: Michel Rosenfeld e Andrés Sajó), Oxford: Oxford University Press, 2012.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 4.ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011 (1.ª ed., 2007).

ALEXY, Robert

Theorie der Grundrechte, Frankfurt: Suhrkamp, 1986.

AMBOS, Kai

“El principio acusatorio y el proceso acusatorio: Un intento de comprender su significado actual desde la perspectiva histórica”, in AA.VV., Proceso penal y sistemas acusatorios (coord.: Lorena Bachmaier Winter), Madrid: Marcial Pons, 2008, pp. 49-72.

AMBOS, Kai

Beweisverwertungsverbote: Grundlagen und Kasuistik – internationale Bezüge – ausgewählte Probleme, Berlin: Duncker & Humblot, 2010.

AMELUNG, Knut

Prinzipien strafprozessualer Beweisverwertungsverbote, Berlin: Duncker & Humblot, 2011.

ANDRADE, Manuel da Costa

Sobre as proibições de prova em proceso penal, 1.ª reimpr., Coimbra: Coimbra Editora, 2006 (1.ª ed., 1992).

ANDRADE, Manuel da Costa

“Bruscamente no Verão Passado”, a reforma do Código de Processo Penal – Observações críticas sobre uma Lei que podia e devia ter sido diferente, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

BACHMAIER WINTER, Lorena

“Acusatorio versus inquisitivo: Reflexiones acerca del proceso penal”, in AA.VV., Proceso penal y sistemas acusatorios (coord.: Lorena Bachmaier Winter), Madrid: Marcial Pons, 2008, pp. 11-48.

BELEZA, Teresa Pizarro

“A prova”, in AA.VV., Apontamentos de Direito Processual Penal (org.: Teresa Pizarro Beleza), vol. II, Lisboa: AAFDL, 1993, pp. 145-158.

BELING, Ernst

Die Beweisverbote als Grenzen der Wahrheitserforschung im Strafprozess, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1903.

BELING, Ernst / AMBOS, Kai / GUERRERO, Óscar Julián

Las prohibiciones probatorias, Bogotá: Temis, 2009.

BOULOC, Bernard

Procédure pénale, 21.ª ed., Paris: Dalloz, 2008.

CORREIA, Eduardo

Processo criminal (Segundo as preleções do Prof. Doutor Eduardo Henriques da Silva Correia ao curso do 5.º Ano Jurídico de 1954-55), Coimbra: Dactilografado por Mário da Silva e Sousa, 1956.

CORREIA, Eduardo

“Les preuves en droit penal portugais”, in RDES, Ano XIV, n.os 1-2 (1967), pp. 1-52.

CORREIA, João Conde



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Contributo para a análise da inexistência e das nulidades processuais penais, Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

COSTA, José de Faria

“Os códigos e a mesmidade: O Código de Processo Penal de 1987”, in AA.VV., Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português (org.: Mário Ferreira Monte, Maria Clara Calheiros, Fernando Conde Monteiro e Flávia Novera Loureiro), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 440-459.

DENCKER, Friedrich

Verwertungsverbote im Strafprozeß, Köln / Berlin / Bonn / München: Carl Heymann, 1977.

DIAS, Augusto Silva / RAMOS, Vânia Costa

O direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contraordenacional português, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

DIAS, Jorge de Figueiredo

Direito Processual Penal, 1.^a reimp., Coimbra: Coimbra Editora, 2004 (1.^a ed., 1974).

DIAS, Jorge de Figueiredo

“Para uma reforma global do processo penal português – Da sua necessidade e de algumas orientações fundamentais”, in AA.VV., Para uma nova justiça penal (org.: Conselho Distrital do Porto da OA), Coimbra: Almedina, 1983, pp. 189-242.

DIAS, Jorge de Figueiredo

Direito Processual Penal (Lições coligidas por Maria João Antunes), Coimbra: Secção de Textos da FDUC, 1988/89.

DIAS, Jorge de Figueiredo

“Sobre a revisão de 2007 do Código de Processo Penal português”, in RPCC 18 (2008), pp. 367-385.

ESPÍRITO SANTO, Luís

“Agente provocador – Os amigos da Guarda: Tribunal Judicial de Oeiras, 3.^o Juízo, Sentença de 1993.03.05, P. 777/91, 2.^a Sec.”, in Sub Judice 4 (1992), pp. 71-80.

FERNANDES, Fernando

O processo penal como instrumento de política criminal, Coimbra: Almedina, 2001.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de

Curso de Processo Penal (Lições proferidas no ano letivo 1954-1955), vols. I-II-III, Lisboa: Universidade Católica, 1981 (reimp. fac-similada da ed. de 1955, autorizada pelo A.).

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de

Curso de Processo Penal, vols. I-II, Lisboa: Danúbio, 1986.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia

“Meios de prova”, in AA.VV., Jornadas de Direito Processual Penal – O novo Código de Processo Penal (org.: CEJ), Coimbra: Almedina, 1989, pp. 193-218.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia

Código de Processo Penal anotado – Legislação complementar, 16.^a ed., Coimbra: Almedina, 2007 (1.^a ed.,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1987).

GÖSSEL, Karl-Heinz

“As proibições de prova no direito processual penal da República Federal da Alemanha” (trad. por M. Costa Andrade do original “Die Beweisverbote im Strafverfahrensrecht der BRD”, GA 91), in RPCC 2 (1992), pp. 397-441.

GRINOVER, Ada Pellegrini / FERNANDES, António Scarance / GOMES FILHO, António Magalhães
As nulidades do processo penal, 7.^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001 (1.^a ed., 1991).

GRÜNWALD, Gerald

“Beweisverbote und Verwertungsverbote im Strafverfahren”, in JZ 1966, pp. 489-501.

HAAS, Volker

Strafbegriff, Staatsverständnis und Prozessstruktur, Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

HASSEMER, Winfried

“Förmlichkeiten im Strafprozess”, in AA.VV., In dubio pro libertate – Festschrift für Klaus Volk zum 65. Geburtstag (org.: W. Hassemer, Eb. Kempf e S. Moccia), München: Beck, 2009, pp. 207-222.

ILLUMINATI, Giulio

“El sistema acusatorio en Italia”, in AA.VV., Proceso penal y sistemas acusatorios, (org.: Lorena Bachmaier Winter), Madrid: Marcial Pons, 2008, pp. 135-160.

JÄGER, Christian

Beweisverwertung und Beweisverwertungsverbote im Strafprozess, München: Beck, 2003.

JÄGER, Christian

“El significado de los llamados ‘cursos de investigación hipotéticos’ en el marco de la teoría de prohibición de empleo de la prueba”, in Problemas fundamentales de Derecho penal y procesal penal, Buenos Aires: Fabián J. Di Plácido, 2003, pp. 89-114.

KAMISAR, Yale

“In Defense of the Search and Seizure Exclusionary Rule”, in 26 Harv. J. L. & Pub. Pol’y 119 (2003), pp. 119-140.

KELNHOFER, Evelyn

Hypothetische Ermittlungsverläufe im System der Beweisverbote, Berlin: Duncker & Humblot, 1994.

KÜHNE, Hans-Heiner

Strafprozessrecht – Eine systematische Darstellung des deutschen und europäischen Strafverfahrensrechts, 7.^a ed., Heidelberg: C. F. Müller, 2007 (1.^a ed., 1978).

LaFAVE, Wayne R.

Search and Seizure – A Treatise on the Fourth Amendment, vol. 1 (Sections 1.1 through 2.7: The Exclusionary Rule and Other Remedies & Protected Areas and Interests), 4.^a ed., New York: Thomson Reuters, 2004 (1.^a ed., 1978).

LaFAVE, Wayne R.

Search and Seizure – A Treatise on the Fourth Amendment, vol. 1 (Sections 1.1 through 2.7), 4.^a ed., New York: Thomson Reuters, 2011-2012 Pocket Part (1.^a ed., 1978).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

LaFAVE, Wayne R.

Search and Seizure – A Treatise on the Fourth Amendment, vol. 6 (Sections 11.1 through 11.7: Administration of the Exclusionary Rule), 4.^a ed., New York: Thomson Reuters, 2004 (1.^a ed., 1978).

LOUREIRO, Joaquim

Agente infiltrado? Agente provocador! Reflexões sobre o 1.^o acórdão do T.E.D. Homem – 9 junho 1998 – Condenação do Estado Português, Lisboa: Almedina, 2007.

MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO

Código de Processo Penal – Comentários e notas práticas, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

MATA-MOUROS, Maria de Fátima

Sob escuta – Reflexões sobre o problema das escutas telefónicas e as funções do juiz de instrução criminal, S. João do Estoril: Principia, 2003.

McEWAN, Jenny

“The Adversarial and Inquisitorial Models of Criminal Trial”, in AA.VV., The Trial on Trial (org.: Antony Duff, Lindsay Farmer, Sandra Marshall e Victor Tadros), vol. I (Truth and Due Process), Oxford / Portland, Oregon: Hart Publishing, 2004, pp. 51-69.

MEIREIS, Manuel Augusto

O regime das provas obtidas pelo agente provocador em processo penal, Coimbra: Almedina, 1999.

MEIREIS, Manuel Augusto

“Homens de confiança’ – Será o caminho?”, in AA.VV., II Congresso de Processo Penal (org.: Manuel Monteiro Guedes Valente), Coimbra: Almedina, 2006, pp. 81-101.

MENDONÇA, Rachel Pinheiro de Andrade

Provas ilícitas – Limites à licitude probatória, 2.^a ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004 (1.^a ed., 2001).

MORÃO, Helena

“O efeito-à-distância das proibições de prova no Direito Processual Penal português”, in RPCC 16 (2006), pp. 575-620.

NEVES, Castanheira

Sumários de processo criminal, Coimbra: ed. policopiada, 1968.

NOVAIS, Jorge Reis

As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição, Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

ONETO, Isabel

O agente infiltrado – Contributo para a compreensão do regime jurídico das ações encobertas, Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

PALMA, Maria Fernanda

“O problema penal do processo penal”, in: AA.VV., Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais (coord. científica: Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, 2004, pp. 41-53.

PEREIRA, Rui



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

“Entre o ‘garantismo’ e o ‘securitarismo’ – A Revisão de 2007 do Código de Processo Penal”, in AA.VV., Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português (org.: Mário Ferreira Monte, Maria Clara Calheiros, Fernando Conde Monteiro e Flávia Novera Loureiro), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 247-268.

PETERS, Karl

“Beweisverbote im deutschen Strafverfahren”, in Gutachten für den 46. Deutschen Juristentag, vol. I (Gutachten), t. 3 A, München / Berlin: Beck, 1966, pp. 91-163.

PIMENTEL, Irene Flunser

A história da PIDE, Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011.

PINTO, Frederico de Lacerda da Costa

Direito Processual Penal (Curso semestral), Lisboa: AAFDL, 1998.

PRADO, Geraldo

Sistema acusatório – A conformidade constitucional das leis processuais penal, 4.^a ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

REINECK, Jan

Die Fernwirkung von Beweisverwertungsverböten, München: Florentz, 1990.

ROGALL, Klaus

“Gegenwärtiger Stand und Entwicklungstendenzen der Lehre von den strafprozessualen Beweisverboten”, in ZStW 91 (1979), pp. 1-44.

ROGALL, Klaus

“Hypothetische Ermittlungsverläufe im Strafprozeß”, in NSTZ 1988, pp. 385-393.

ROSAS, Fernando / PIMENTEL, Irene Flunser / MADEIRA, João / FARINHA, Luís / REZOLA, Maria Inácia

Tribunais políticos – Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo, Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2009.

ROXIN, Claus

Derecho procesal penal (trad. castelhana da 25.^a ed. alemã por Gabriela E. Córdoba e Daniel R. Pastor, rev. por Julio B. J. Maier), Buenos Aires: Editores del Puerto, 2000.

ROXIN, Claus / SCHÜNEMANN, Bernd

Strafverfahrensrecht – Ein Studienbuch, 27.^a ed., München: Beck, 2012 (1.^a ed., 1949).

SCHLÜCHTER, Ellen

Strafprozeßrecht, 3.^a ed., Thüningersheim / Frankfurt a. M.: EuWi, 1999.

SILVA, Germano Marques da

Curso de Processo Penal, vol. I, 3.^a ed., Lisboa: Verbo, 2010 (1.^a ed., 1994).

SILVA, Germano Marques da

Curso de Processo Penal, vol. II, 3.^a ed., Lisboa: Verbo, 2011 (1.^a ed., 1994).

SILVA, Germano Marques da

Curso de Processo Penal, vol. III, 2.^a ed., Lisboa: Verbo, 2000 (1.^a ed., 1994).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SILVA, Germano Marques da / CARVALHO, L. G. Grandinetti Castanho de / PRADO, Geraldo / BRANDÃO, Nuno

Processo Penal do Brasil e de Portugal, Coimbra: Almedina, 2009.

VOGLER, Richard

“El sistema acusatorio en los procesos penales en Inglaterra y en Europa Continental”, in AA.VV., Proceso penal y sistemas acusatorios (org.: Lorena Bachmaier Winter), Madrid: Marcial Pons, 2008, pp. 177-194.

WOLTER, Jürgen

“Anmerkung zu BGH (NStZ 1984, 275)”, in NStZ 1984, pp. 276-278.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.